

20

35

40

45





ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 29.02.2016

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores do Município de Joinville, Rua Hermann August Lepper, 1100, Saguaçú, realizou-se a ducentésima sexagésima primeira Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS). A mesa de abertura da reunião foi composta pela conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole. Presidente do CMS e os demais representantes da Mesa Diretora do CMS: conselheiro Orlando Jacob Schneider, Vice-Presidente do CMS e conselheiro Mário José Bruckheimer, Secretário Geral. A Presidente do CMS iniciou a sessão com boas-vindas e cumprimentos aos presentes. Em seguida, passou a leitura da Pauta do dia: PAUTA 1-EXPEDIENTES: 1.1 Apresentação e aprovação da pauta do dia - 5'; 1.2 Comunicados e Informes da SecretariaExecutiva - 15'; 2-ORDEM DO DIA: 2.1 Informe sobre a Dengue - Nicoli Janaína dos Anjos - 5'; 2.2 Apresentação da Prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 3º quadrimestre de 2015 - Secretaria Municipal de Saúde - 60'. A Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiro presentes. A presidente passou a palavra ao secretário da mesa, conselheiro Mário, para leitura dos informes. INFORMES GERAIS 1) A Comissão de Capacitação informa que no dia 21 de março, dá-se início o ciclo de capacitações de conselheiros de saúde para o ano de 2016. Inscrições e 3481-5181 ou pelo e-mail cms.joinville@gmail.com; 2) Lembramos aos conselheiros, que conforme o Regimento Interno no Artigo 8º, Parágrafo Único "O conselheiro que desejar se candidatar a cargo eletivo (municipal, estadual, federal) deverá solicitar seu afastamento com seis mesesde antecedência do pleito eleitoral"; 3) Em atenção ao ofício circular nº 278/2015/CMS, o qual solicita indicação de membros da comunidade para comporem a Comissão de Acompanhamento de Obras Públicas municipais, em localidades onde ocorrem obras da SMS, informamos que as referidas indicações devem ser realizadas através de ofício, e protocolados na Secretaria Executiva do CMS, para os devidos encaminhamentos (Secretaria-Executiva - Rua: Araranguá, 397 - Térreo - América - CEP.: 89204-310 - Joinville -SC Contato: (47) 3481-5181 e_mail: cms.joinville@gmail.com); 4) Ofício nº 595/2016/CVJ (Câmara de Vereadores de Joinville), recebido em 22.02.2016, convidando a Presidente do CMS para participar de reunião da Comissão de Saúde, Assistência e Previdência Social, a se realizar no dia 24.02.2016, às 16h, com a seguinte Pauta: - discutir a suspensão de 11.000 consultas, anunciadas pelo Poder Executivo Municipal; - discutir a suposta redução de serventes nas unidades de saúde e a obrigatoriedade dos servidores recolherem o lixo; - discutir a proposta de extinção dos serviços odontológicos no PA Norte. A Presidente explicou que a convocação para participar de reunião da Comissão de Saúde, foi posterior a Assembleia Ampliada que ocorreu no dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezesseis. onde foi discutido a proposta de extinção dos serviços odontológicos no PA Norte. A presidente relatou "coloquei o que foi aprovado, o que foi aprovado no dia dezoito, a resolução onde diz que não será extinto os serviços de odontologia, e que foi aprovado a continuidade desse serviço e que várias propostas, entre outras, é que o conselho municipal discutisse numa reunião a política municipal de serviço de odontologia e entre outros que foi encaminhado para a comissão de assuntos internos (CAI). Referente às onze mil consultas, foi colocado a eles que como era uma pactuação da CIB, conforme o Artigo dezenove da Lei nº 141, parágrafo primeiro, diz que isso daí, qualquer solicitação que a comissão queira no momento, pode pedir se houve uma parecer do conselho estadual de saúde. Referente a redução de serventes foi colocado que na reunião do dia guatro de fevereiro, a Secretária e secretaria Municipal de saúde colocou ao pleno do







conselho as propostas de redução de custos, por conta dos gastos e que estaria em 50 analise pela CAI. Foi esse o comunicado que essa Presidente fez em nome deste pleno"; 5) Ofício nº 002/2016/SINDLAB (Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia nos Estado de Santa Catarina), recebido em 29.02.2016, solicitando alteração do representante suplente conselheira Marilza Gimenes Hidalgo, pelo senhor Paulo César Gimenes Hidalgo; DELIBERATIVOS: 1) A Mesa Diretora solicita aprovação de uma assembleia extraordinária para o mês de marco. Sugestão de data: dia quinze ou vinte e dois(terça-feira); A Presidente informou que existe a necessidade de aprovação de uma assembleias extraordinária para o mês de março, pois na próxima assembleia ordinária o pleno precisará avaliar o Relatório Anual de Gestão (RAG), não sobrando tempo para incluir a pauta que ficou pendente da 60 assembleia anterior. A assembleia extraordinária foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. A Presidente sugeriu a data de quinze de março, e solicitou a Secretaria executiva do Conselho Municipal de Saúde (SECMS) que providenciasse o local e avisasse os conselheiros. A data da assembleia extraordinária no dia quinze de março foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes; 2) Informamos a necessidade de recomposição da Comissão de Capacitação, com um representante dos demais segmentos (governo, prestadores de serviço ou profissionais de saúde); A Presidente questionou se algum conselheiro nos seguimentos (governo, prestadores de servico ou profissionais de saúde) gostaria de estar participando da comissão de capacitação. Nenhum conselheiro se manifestou para compor a comissão. 3) 70 Correspondência da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), recebida em 18.02.2016, solicitando intervenção do CMS, com respeito a algumas situações ocorridas no Hospital Municipal São José (HMSJ), quanto à retirada de cargos, demissão de técnicos e questionando a legalidade da contratação de médicos pela Prefeitura Municipal; O encaminhamento à Comissão de assuntos externos C.A.E. foi aprovado 75 pela maioria dos conselheiros presente. 2.1 A Presidente cedeu palavra à senhora Nicoli Janaína dos Anjos, coordenadora da Vigilância Ambiental, que cumprimentou a todos e falou sobre as acões desenvolvidas no município para o combate ao mosquito transmissor da dengue. Informou que o mês de fevereiro de dois mil e dezesseis fechou com trinta e quatro focos no total que são: "sete focos no Itaum, dois no Floresta, seis na 80 Zona Industrial, dois em Pirabeiraba, dois no João Costa, um no Costa e Silva, dois São Marcos, seis no Boa Vista, um no Gloria, dois no Nova Brasília e três no Rio Bonito". Fez um comparativo dos casos de Dengue nos últimos anos conforme anexo I, pontuou que está-se trabalhando arduamente no combate ao mosquito, porém é necessária a conscientização e ajuda da comunidade. Salientou que o município de Joinville está bem 85 longe da realidade de focos no Estado onde o Município de Balneário Comburiu estava com duzentos e setenta e quatro casos. Xanxerê com duzentos e vinte e dois casos. Chapecó com cento e noventa casos. São Miguel do Oeste com cento e guarenta e um casos, Xaxim com cento e dez casos e Florianópolis com cento e dois casos. Manifestações: conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole questionou sobre a 90 portaria que fala sobre a utilização dos Agentes Comunitários de Saúde no combate ao Mosquito. Senhora Nicoli informou que já tinha sido apresentado ao pleno esta portaria e os devidos esclarecimentos, mas que se a conselheira achasse necessário o faria novamente. Conselheira Cleia se sentiu contemplada com a informação. O Conselheiro Hilário Dalmann representante da Instituição Bethesda cumprimentou a todos e, questionou porque municípios que tinham sido decretados com infestação não apareciam no quadro de focos apresentado. Senhora Nicoli explicou, que os focos são contabilizados até certo momento, quando o Município ou a região deste município



110

115

120

125

130

135

140

145





declara que a região está infestada não se contabiliza mais os focos. 2.2 A Presidente passou a palavra a Secretaria Municipal de Saúde para a Apresentação da Prestação de contas referente ao terceiro quadrimestre de dois mil e guinze. O senhor Fabrício da Rosa gerente da Unidade Administrativa e Financeira da Secretaria Municipal de Saúde-GUAF cumprimentou a todos e passou a apresentar a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde, seguido do Conselheiro Mario José Bruckheimer que fez a apresentação da parte de auditoria e servicos prestados, conforme anexo II desta ata. Finalizada a apresentação a Presidente do conselho abriu-o para Manifestações: O conselheiro Gentil Coradelli parabenizou a apresentação, pontuou que a população está adoecendo por causa da alimentação industrializada e cheia de agrotóxico. O conselheiro Osmar Lopes questionou quantas áreas no município ainda estão sem a cobertura das ACS. Senhora Susana Staats, conselheira local de saúde do bairro Vila Nova, perguntou sobre a previsão de coleta de exames na Unidade de Saúde Vila Nova, bem como sobre as condições de trabalho dos ACS, se eles teriam direito a meio de locomoção, protetor solar, uniforme, tablet. Senhor Mario explicou que Joinville tem a media de capacidade para 750 (setecentos e cingüenta) agentes comunitários, possui 514 (quinhentos e quatorze) agentes em atividade. Informou que foi aberto um processo seletivo para contratação de ACS, porém o número de candidatos que passou no processo foi baixo e alguns candidatos que assumiram acabaram por pedir exoneração. Devido ao limite prudencial foram chamados os candidatos apenas nas áreas de risco. Quanto aos exames na unidade Vila Nova, falta apenas a parte de cabeamento óptico. Com relação ao fornecimento de meio de transporte para os ACS informou que é fornecido pelo Município bicicletas e quando a microárea passa de 10 km (dez quilômetros) é fornecido moto como meio de locomoção. Pontuou que o protetor solar é um direito do ACS, e é fornecido pelo município, e quanto ao tablet está em processo de compra. A Presidente, pedindo a palavra, solicitou que fossem respeitados a ordem de inscrição e o tempo regimental. O conselheiro Hilário externou sua preocupação, com a falta de preenchimento das fichas de procedimento, pois o não preenchimento reflete no repasse de verbas e consequentemente na busca de recursos. Solicitou que esta situação seja revista urgentemente. O conselheiro Irineu Romeu Brinkmann representante do conselho local KM4 falou sobre o número significativo de faltas em consultas que passam de 30% (trinta por cento), sugeriu para a redução destas faltas em consultas que os agendamentos fossem feitos no dia e na hora que o usuário vai à unidade e não semanal ou mensal como vem ocorrendo. O senhor Rodrigo Prado Gerente de Gestão e Estratégia cumprimentou a todos, e disse que com relação à falta de preenchimento da produção, os dados apresentados se referem até dezembro de dois mil e quinze, porém o Ministério da Saúde disponibiliza o lançamento da produção em até três meses retroativos, por este motivo na prestação de contas que será feita no dia trinta do mês de marco de dois mil e dezesseis provavelmente terá alteração nestes números. Informou que apenas quatro consultórios ainda não possuem informatização por conta da falta de cabeamento. O restante quase 100% (cem por cento), já possui condições para que estes lançamentos sejam feitos via sistema. Quanto à situação do posto de coleta da unidade do Vila Nova explicou que a estrutura está pronta, faltava somente a parte do uso do sistema do laboratório que foi resolvido, portanto assim que a equipe de profissionais para a coleta estiver montada estará sendo iniciado este processo. Quanto aos tabletes eles estão em processo de compras, está se prevendo a aquisição de um tablet para cada agente de saúde, facilitando o preenchimento dos dados de visita. Com relação às faltas nas consultas, explicou que está sendo iniciado um processo para melhorar o avisamento das consultas, por sms. Solicitou a colaboração de todos para a atualização do cadastro



155

160

165

170

175

180

185

190

195





nas unidades. O Conselheiro José Martins, representante do conselho local São Marcos cumprimentou a todos e questionou quando seria regularizado o abastecimento de medicação. Informou que esteve em visita ao Pronto Atendimento Norte e estavam faltando quarenta itens na farmácia. Quanto à equipe de saúde da Unidade São Marcos, quando será completada. A conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole com a palavra, colocou que seria interessante que constasse na apresentação o montante de consultas represadas. Questionou das cinquenta e seis unidades básicas de saúde, quantas efetivamente estão em funcionamento. Pontuou a falta das devolutivas da Ouvidoria, solicitou se possível que constasse na apresentação. Questionou como fica estas devolutivas se não consta na prestação de contas. Quanto ao PMAQ, solicitou maiores esclarecimentos. Conselheiro Mário solicitou que seja feito um pedido formal para a inclusão destes dados na prestação de contas. Informou que a prestação de contas é feita seguindo as diretrizes e modelos fornecidos pelo estado. A senhora Francieli Cristini Schultz Secretária Municipal de Saúde- SMS informou que o PMAQ e a Ouvidoria são assuntos específicos e que necessitam de dados estatísticos e de tempo para a sua apresentação. Senhor Jean Rodrigue da Silva, Diretor Executivo da SMS, com a palavra explicou que relativo à medicação desde outubro de dois mil e quinze o município vem sofrendo com faltas pontuais de medicação, seja por falta de pagamento de fornecedores que deixaram de entregar ou pelo aumento da demanda nas unidades básicas de saúde. Informou que a compra dos medicamentos já foi efetuada, e que a previsão é de que até a segunda quinzena de marco de dois mil e dezesseis a situação seja normalizada. Pontuou que a direção técnica da SMS está fazendo estudos para ver se há a possibilidade de alguma substituição técnica no que se refere à medicação. "A gente entende quando falar em prevenção e trabalhar na frente sem medicamento é complicado, mas esta é a nossa realidade e a gente está tentando trabalhar para que isso não aconteça". Senhor Moacir Nazarto representante da Associação de Moradores do Bairro Adhemar Garcia - AMBAG questionou que, observando os gráficos verificou uma queda no atendimento de crianças, essa queda foi devido à falta de procura pelo usuário a Unidade ou devido à falta de profissional médico pediatra. Observou o aumento dos exames laboratoriais nos convênios com a rede privada, questionando sobre o motivo pelo qual não se investe em laboratórios públicos no município. Conselheiro Henrique I. **Deckmann**, representante da 23ª GERSA, salientou que no ano de dois mil e quinze em coniunto com o Conselho Municipal de Saúde, foi realizado um trabalho nos principais pontos de focos do Aedes Egipti na cidade. Informou que foram retiradas 14 toneladas de lixo em dois bairros, que neste sentido, se tem um desafio para conscientizar a comunidade. Pontuou que graças a essas ações, o cenário este ano não está tão ruim quanto poderia estar. Senhora Marilea Verch coordenadora do Gabinete da SMS, falou sobre o esforco que a equipe gestora está fazendo com relação à regularização do abastecimento de medicamento, exames e consultas no município. "Estamos procurando apoio em todas as áreas, em todos os segmentos, parcerias com clínicas particulares porque o momento crítico não é só de Joinville." Solicitou a solidariedade de todos neste momento de crise econômica. A Presidente pedindo a palavra esclareceu que este conselho concede a palavra a todos dentro do tempo regimental de três minutos e que nesse ponto fosse colocado em votação o encaminhamento da prestação de contas para a C.A.I., solicitando aos conselheiros presentes que observassem o horário regimental de duração da assembleia que vai até as vinte horas e trinta minutos. Colocado em votação o encaminhamento, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Nesse momento o senhor Reinaldo P. Gonçalves representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM colocou que as pessoas não adoecem porque



205

210

215

220

225

230

235

240

245





querem. "o SUS é nosso, ele é universal, não tem chororó quando precisa de remédio, viu doutor. As pessoas precisam de remédio porque estão doentes. O país não pensa em prevenção, não pensa no cidadão. O país pensa em ganhar dinheiro com a saúde". Senhor **Orlando** cumprimentou a todos, solicitou que a fonte usada na apresentação seja aumentada, para possibilitar maior visibilidade a todos. Colocou que a apresentação foi vaga no que se refere aos gastos com folha de pagamento, precisando ser mais detalhada, que seia feita a correção e enviada aos conselheiros por e-mail, feito o redirecionamento dos extratos solicitados pela mesa diretora, para a C.A.I para a mesma acompanhar como estão as contas, por exemplo, do CEREST, do SAMU. Conselheiro Osmar colocou que o uso das mídias sociais é uma das poucas formas do usuário estar cobrando. Solicitou que se cumpra o regimento do CMS, "que o que é de governo que se figue na cadeira e não na mesa diretora". A Presidente tomando a palavra explicou que a secretária não foi convidada pela mesa diretora para sentar-se à mesa, que a mesma já havia sido avisada, porém permaneceria para poder responder aos questionamentos. O senhor Martins colocou que é assim que tem que ser o CMS, que discute, cobra um conselho democrático. Discordou da fala do senhor Jean, quando o mesmo diz que existem faltas pontuais de medicação, ponderou que quando uma unidade não possui quarenta e três itens não pode ser considerado pontual. A Presidente concedeu à palavra a secretária para que respondesse os questionamentos. A secretária cumprimentou a todos, pediu desculpas por ter se sentado à mesa, colocou que isso não se repetiria. Quanto a investimento no laboratório municipal colocou que compartilha da mesma opinião do senhor Moacir, informou que quando assumiu a secretaria, em julho de dois mil e quinze, foi observado que tinha condições de aumentar a produtividade do laboratório municipal. Se analisados os gráficos apresentados, perceber-se-ia um aumento na produtividade do laboratório no último quadrimestre. Falou que "este é o nosso objetivo, fortalecer o laboratório municipal e criar um laboratório, um centro de análises clínicas". Informou que se tem um projeto para que o laboratório do Hospital Municipal São José passe a realizar as análises do período noturno dos PAs 24 horas, que hoje é realizada por laboratórios de apoio, utilizando a mesma estrutura já existente, gerando uma economia com estes servicos. Pontuou que "nós vamos sim ampliar a capacidade do laboratório municipal por que a gente entende que a gente tem que otimizar a mão de obra, os insumos e as máquinas que são muito boas". Quanto à prestação de contas a Secretária explanou que é feita nos moldes da prestação de contas do Estado contendo os sete indicadores. Informou que "vai ser encaminhada para a C.A.I. minuciosamente aberta e com toda a documentação que os conselheiros guiserem, tá tudo à disposição". Concordou com a senhora Cleia com relação aos dados da ouvidoria e se disponibilizou a incluí-los nas próximas prestações de contas. Solicitou ao conselheiro **Douglas Calheiros** Machado, representante da SMS, para explicar sobre o fechamento da unidade do Morro do Amaral e o funcionamento das cinquenta e cinco unidades em funcionamento. Agradeceu a todos. Conselheiro Douglas informou que todas as unidades de saúde estão funcionando, tem setores dentro de algumas unidades interditados, por exemplo, o KM4 está com duas salas de esterilização interditadas, referente ao Morro do Amaral, colocou que a equipe do Jardim Edilene que atua na unidade Morro do Amaral, por falta de ar condicionado e devido ao calor, se sentiu impossibilitada de trabalhar nestas condições. Informou que "na quarta-feira, eu, a Tereza e a Chana, Coordenadora Distrital, estaremos indo lá no Morro do Amaral para avaliar as condições, já existe algumas soluções em andamento e estaremos resolvendo isso até o final destes próximos quinze dias". Conselheiro Henrique questionou se alquém saberia informar sobre uma discussão que estava acontecendo no Congresso. A Presidente informou que a PEC01 que estava em



255

260

265

270

275

280

285

290





discussão. Conselheiro Henrique solicitou que fosse repassado para todos os conselheiros o conteúdo para que possam se posicionar junto aos seus deputados e senadores. A Presidente do CMS fez a leitura da Carta do Conselho Nacional de Saúde PEC 1 que transcrevo a seguir: "CARTA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - PEC 1 (29/2/2016) Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 29 de fevereiro de 2016. Aos amigos e amigas conselheiros de saúde. Como é sabido, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 01/2015 está para ser votada esta semana na Câmara dos Deputados. A proposta teve como base a iniciativa popular Saúde +10, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em conjunto com movimentos sociais e a participação efetiva de todos vocês. A aprovação desta PEC é a garantia de sobrevivência do Sistema Unico de Saúde (SUS), pois assegura o percentual mínimo da receita corrente líquida para custeio da saúde no Brasil. Vale lembrar, que em 2015, o valor empenhado representou 14,8%. Para 2016. a estimativa - calculada com base na Emenda Constitucional 86/2015 - representa apenas 13,2%. Essa diferença corresponde a aproximadamente R\$ 10 bilhões a menos para a saúde já neste ano. Um verdadeiro desastre. A PEC 01 corrige essa monstruosidade. Assim como na Saúde +10, nossa mobilização vai fazer a diferença neste momento crítico. Temos de nos unir, pois está claro que o clima na Câmara dos Deputados não é favorável à aprovação desta matéria. Durante os últimos dias, membros do CNS e eu conversamos com lideranças de partidos e vários parlamentares. Quanto ao mérito da questão, todos estão de acordo. No entanto, alguns ainda duvidam da capacidade econômica brasileira para suportar essa medida que traz justica aos usuários do SUS. Não podemos permitir a retirada de recursos da saúde neste momento em que o País sofre com o mosquito Aedes aegypti, causador da dengue, chikungunya e zika. O nosso trabalho e a nossa relevância para a sociedade brasileira se faz em momentos como esse. Nós, conselheiros de saúde, não podemos permitir que o SUS figue fragilizado. Temos de agir. Portanto, peço a todos para que enviem e-mails aos parlamentares cobrando a aprovação da PEC 01/2015, telefonem aos gabinetes dos parlamentares, compartilhem a campanha que o CNS promoverá nas Redes Sociais para que a população brasileira saiba o perigo que o SUS corre se a PEC for rejeitada. Contamos com a participação de todos. Um abraço, Ronald Santos. Presidente do Conselho Nacional de Saúde". A Presidente do CMS propôs que a Secretaria Executiva do CMS providencie o teor da PEC e encaminhe aos conselheiros para que tenham o entendimento do que ela trata, e assim poder deliberar as ações cabíveis. Colocada em votação a proposta da Presidente do CMS, a mesma foi aprovada pelos conselheiros presentes. Senhora Marlene Bonow Olieira, Coordenadora do PROGESUS, sugeriu que como a demanda do PMAQ veio dos conselhos locais de saúde que fosse pautado nos meses de março e abril de dois mil e dezesseis em todos os conselhos esse assunto para que seja avaliado e discutido, pois ele vem de encontro com a proposta de trabalho em execução a avaliação dos usuários, se eles desconhecem o programa é pior ainda. Propôs ainda que referente às faltas nas consultas também seja pautado junto dos conselhos locais para ser discutido e avaliado. A Presidente explicou que não há um desconhecimento do programa PMAQ por parte dos conselhos locais de saúde, e sim falta de informação sobre como é usado o recurso que vem do programa. Sugeriu que seja colocada na pauta da reunião quadrimestral dos conselhos locais de saúde o assunto PMAQ. Quanto às faltas nas consultas, informou que existe uma deliberação deste conselho solicitando que se discuta e se faça uma mobilização para conscientização dos usuários, mostrando o desperdício do dinheiro público consequente da falta às consultas. Pontuou que a mesa diretora do CMS vai acatar a sugestão da senhora Marlene, colocando o assunto sugerido em discussão na assembleia







quadrimestral. Conselheiro Arlindo Pedro Lessenko representante do conselho local do 295 Boehmerwaldt questionou como está o cronograma da obra e a entrega dos containers. Senhor Jean explicou que no que se refere aos containers, está sendo cumprido o cronograma. Informou que o mesmo já foi para licitação. Quanto à obra o processo completo está sendo entregue pela AMUNESC até o final de março, como está descrito na programação. Colocou que na semana vindoura irá à comunidade dar maiores 300 explicações com relação as datas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada a ducentésima sexagésima primeira Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta minutos, da qual eu, Angelita Ullrisch Lankewicz, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os 305 conselheiros: Mário José Bruckheimer, Douglas Calheiros Machado, Alice Regina Strehl Torres, Márcio Sell, Henrique L. Deckmann, Marlene Scremin, Hilário Dalmann, Heloísa Walter de Oliveira, Douglas Alves Claudio, Mauren da silva Salin, Paulo Rafael Losak Ferreira, Kleverson Elisiário Ludka Fernandes, Jeovane Nascimento do Rosário, Antônio Franco Garcia, Marlene Serafim, Fabiana dos Santos Marcoski, Elisa Ana Garcia, Alexandra Marlene Hansen, Carlos Augusto Fischer, Tanise Balvedi Damas, Antonio Carlos da Rocha, Zelma Reichert Maria, Liliana Piscki Maes, José Rodrigues dos Santos Filho, Lisandra Carpes da Silveira, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Antonio Coelho, Analucia Ferreira Pinto Olah, Heloisa Bade, Fátima Jorge Baeza, Gentil Coradelli, Waldemar Hugo Windmuller, Marcos Antônio de Souza, Zenir Videte Werlich, Carmen Dalfovo Kohler, Arlindo Pedro Lessenko, Orlando Jacob Schneider, Osmar Lopes, Eliezer Alves da Costa, Tônio Tromm, José Martins, Eraldo José Hostin Junior, Amilton Teixeira, seis representantes de Conselhos Locais de Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Vigilância Ambiental, da Vigilância em Saúde, do CAPSIII, da Associação 320 Chico Mendes, do SAMU, do Laboratório Municipal, da GUPCAA, um Usuário, do Patrimônio, da AMBAG, da ADIJO, do CONAM.